



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÉ

01  
B

# **PROCESSO**

# **ADMINISTRATIVO**

## **Nº. 288/2023**

## **TERMO ADITIVO 001/2023**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO - AO CONTRATO Nº 023/2023, VINCULADO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2023 E DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2023, CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS ESTABELECIDAS PELO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (E-SOCIAL) COM BASE NO DECRETO FEDERAL 8.373/2014.**

**CONTRATADO: HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL**  
**CNPJ: 42.813.112/0001-01**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**COMUNICAÇÃO INTERNA DA MOTIVAÇÃO**

A

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**  
**Sr. VICTOR CAUÊ CARDOSO QUEIROZ**

Assunto: **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2023**

A justificativa para a referida solicitação de Aditivo de Prazo ao Contrato 023/2023 decorre da importância do suporte técnico ao setor de RH da Prefeitura Municipal de Itaetê, assegurando o correto procedimento na elaboração e montagem de folhas de pagamento dos servidores municipais, visando atender as necessidades da Secretaria de Administração.

Considerando que o mesmo atende ao Princípio da Economicidade, visto que os preços ofertados não sofreram majoração;

Por esses motivos é que solicitamos a PRORROGAÇÃO DE PRAZO ao contrato nº 023/2023, vinculado ao Processo Licitatório, modalidade de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2023**, vinculada ao Processo Administrativo nº 030/2023, tendo como Contratado a Empresa **HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL**, inscrito CPF nº 42.813.112/0001-01, considerando o valor mensal de **R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)** perfazendo um valor global para 12 (doze) meses de **R\$ 32.400,00 (trinta e dois meses e quatrocentos reais)**. Passando o mesmo a ter sua vigência até 28 de Dezembro de 2024, e conforme a cláusula contratual permissiva e da previsão legal autorizativa, fundamentando nossa solicitação no art. 107, da Lei 14.133/21.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

UNIDADE/ÓRGÃO: 0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 4.122.0002.2.007 – GESTÃO AS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.35.00 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA

FONTE: 15000000

Itaetê, 28 de Dezembro de 2023.

  
**SANDRO MONTEIRO CABRAL**  
**SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

03  
8

ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ

**AUTORIZAÇÃO DE PROCESSO DE ADITAMENTO DE PRAZO**

Face ao constante dos autos e considerando ao disposto na cláusula contratual permissiva e da previsão legal autorizativa do **Contrato nº 023/2023**, bem como no art. 107, da Lei 14.133/921, como também, a disponibilidade de recursos orçamentários para o exercício de 2023, fica autorizado à Comissão de Licitação desta Prefeitura Municipal de Itaetê, Estado da Bahia, nomeada através do Decreto nº. 022/2022, iniciar os trâmites legais para o aditamento de prazo, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS ESTABELECIDAS PELO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (E-SOCIAL) COM BASE NO DECRETO FEDERAL 8.373/2014**, firmados entre este Município e o Sr. **HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL**, inscrito no CNPJ nº 42.813.112/0001-01.

Dito isto, solicitamos que a Comissão, bem como a sua Equipe de Apoio, prepare a minuta do termo de aditamento de contrato para encaminhamento à Assessoria Jurídica desta Casa, visando à emissão de parecer nos termos do art. 107, da Lei 14.133/21.

Itaetê, 28 de Dezembro de 2023.

**VICTOR CAUÊ CARDOSO QUEIROZ**  
Secretário Municipal de Finanças

Parecer nº. 288/2023      Processo Administrativo nº. 288/2023  
Interessado: Prefeitura Municipal de Itaetê  
Assunto: Termo Aditivo.

EMENTA: TERMO ADITIVO. ANÁLISE JURÍDICA.  
REGULARIDADE DOCUMENTAL. RECOMENDAÇÃO DE  
APROVAÇÃO E CONTINUIDADE DO PROCESSO.

### 1. Do Relatório

A Comissão de Contratação encaminhou à assessoria pedido de parecer sobre a possibilidade do 1º aditivo de tempo no contrato nº 023/2023 firmado entre o Município de Itaetê e Hernanda Cabral de Farias Amaral.

Veio os seguintes documentos anexos:

- I. Comunicação Interna da Motivação
  - II. Autorização de Processo de Aditamento de prazo;
  - III. Cópia do Contrato e extrato do contrato;
  - IV. Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;
  - V. Certidão Negativa de débitos tributários do Estado da Bahia;
  - VI. Certidão Negativa de débitos do Município de Itaetê;
  - VII. Certidão negativa de débitos trabalhista.
  - VIII. Certidão CEIS E CNEP
- É o bastante a relatar.

### 2. Da Análise Jurídica

Inicialmente, é importante esclarecer que esta assessoria tem como única e exclusiva responsabilidade fornecer orientação jurídica, sendo este parecer apenas uma opinião sob o ponto de vista estritamente legal. Não nos cabe entrar em considerações sobre a conveniência e oportunidade dos atos administrativos, uma vez que essas decisões estão sujeitas à discricionariedade do administrador público competente. Da mesma forma, não temos a incumbência de analisar questões de natureza técnica, administrativa e/ou financeira, exceto em situações excepcionais. Portanto, a análise deste parecer se restringe aos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

Primeiramente, é preciso esclarecer que os serviços continuados se referem àqueles destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo contrato não se encerra com uma única prestação. Esses serviços são solicitados diariamente para garantir o funcionamento normal das atividades do ente federativo. A doutrina define a execução continuada como aquela cuja interrupção paralisa ou retarda o serviço, comprometendo a função estatal correspondente. Dada a natureza perene dessa demanda do Poder Público, sua paralisação pode causar prejuízos não apenas à Administração, mas também à população.

Quanto à prorrogação dos contratos contínuos, o artigo 107 da Lei Federal 14.133/2021 permite a extensão desses contratos administrativos. Isso fica evidente na leitura dos dispositivos legais mencionados abaixo:

"Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes. "

Nesse sentido, é importante ressaltar que a prestação de serviços a serem executados de forma contínua pode ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com o objetivo de buscar preços e condições mais vantajosas para a administração, desde que seja respeitada a vigência máxima decenal.

No que se refere aos contratos administrativos, o Art. 91 da Lei 14.133/21 estabelece que os aditamentos devem ser formalizados por escrito e incluídos no processo que originou a contratação. Além disso, tais aditamentos devem ser divulgados e mantidos à disposição do público, sendo permitida a forma eletrônica na celebração. A legislação também impõe a obrigação de verificar a regularidade fiscal do contratado, como segue:

Art. 91. Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

(...)

§ 3º Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento.

§ 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

De maneira análoga, destaca-se a necessidade de que a minuta do aditivo contratual a ser celebrado com as licitantes vencedoras, consoante disposições dos artigos 89 e 92 da Lei 14.133/21, esteja em total conformidade. A análise pormenorizada dessas disposições normativas demonstra o seguinte:

Art. 89. Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
- XIX - os casos de extinção.

Ao término da análise dos autos, constato que todas as exigências pertinentes foram devidamente atendidas, evidenciando que o aditivo em questão está em conformidade com as disposições estabelecidas no edital.

### 3. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, emito parecer favorável à viabilidade da realização do aditivo para prorrogação do contrato nº 023/2023. A fundamentação para tal decisão repousa na adequada justificativa apresentada, considerando a essencialidade dos serviços para a execução eficaz do objeto contratual, conforme preceituam os dispositivos legais contidos nos artigos 107 e 136 da Lei 14.133 de 2021. Este parecer é submetido, respeitosamente, à apreciação superior.

Itaetê - Bahia, 28 de dezembro de 2023.

  
**Mateus De Jesus Barberino**  
Procurador Geral Do Município



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ

08  
18

AUTUAÇÃO

Ao vigésimo oitavo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, na sede da Prefeitura de Itaetê - Bahia foi encaminhada para esta Comissão Permanente de Licitação instituída pelo Decreto nº. 022/2022 o Processo Administrativo nº 288/2023 oriundo da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, contendo o seguinte:

- a) A descrição clara e suficiente do objeto da licitação;
- b) Valores mensal e global do contrato;
- c) Justificativas da necessidade da continuidade do objeto da licitação;
- d) Parecer jurídico fundamentado;
- e) Autorização do Ordenador de Despesa sr. VICTOR CAUÊ CARDOSO QUEIROZ para a deflagração do processo administrativo de aditamento de prazo.

Diante da documentação recebida, faço a juntada da portaria referida, autuando este processo interno para fins de aditamento de prazo.

Assim para constar eu, SCHEYLA OLIVEIRA CAIRES, Presidente da CPL, faço o presente registro e autuação.

Itaetê- BA, 28 de Dezembro de 2023.

SCHEYLA OLIVEIRA CAIRES  
Presidente da CPL



09  
8

ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2023. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS ESTABELECIDAS PELO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (E-SOCIAL) COM BASE NO DECRETO FEDERAL 8.373/2014.

O **MUNICÍPIO DE ITAETÊ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.922.620/0001-20, com sede na Rua das Algarobas, s/n, Centro, Itaetê – Ba – CEP – 46.790-000, neste ato representado através do Sr. **VICTOR CAUÊ CARDOSO QUEIROZ**, inscrito no CPF sob nº 059.582.865-52, Ordenador de Despesa nomeado através do Decreto 158/2022 de 09 de Dezembro de 2022, doravante designado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a Empresa **HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL**, inscrito no CNPJ sob nº 42.813.112/0001-01 com endereço na Rua da Saudade, nº 103, centro, Miguel Calmon - Bahia, CEP: 44.720-000, denominada **CONTRATADA**, ajustam a celebração do presente Termo Aditivo ao **Contrato nº 023/2023**, celebrado pelas partes aqui qualificadas em **15 de Fevereiro de 2022**, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1** - Destinam-se este Aditivo de Contrato a propiciar amparo legal conforme permite o art. 107, da Lei 14.133/2021, resolvem as partes contratantes prorrogar o prazo do **Contrato nº 023/2023**, vinculado ao **Processo Administrativo nº 030/2023**, afim de que o Sr. **HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL**, preste o serviço constantes na Proposta da Licitação Modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2023**.

**CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E VALOR**

**2.1** - Fica prorrogado a vigência do contrato originário por mais 12 (doze) meses, a contar de **28 de Dezembro de 2023 a 28 de Dezembro de 2024**. O presente contrato tem a sua vigência prorrogada com valor global do contrato de **R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)**.

**CLÁUSULA TERCEIRO – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

HERNANDA CABRAL DE  
FARIAS  
AMARAL:428131120001  
01

Assinado de forma digital por  
HERNANDA CABRAL DE FARIAS  
AMARAL:42813112000101  
Dados: 2023.12.28 09:04:43  
-03 00'



10  
88

**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ**

**3.1 - As despesas relativas ao pagamento correrão à conta dos Projetos Atividades, a seguir, consignadas no Orçamento Geral, deste município:**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

UNIDADE/ÓRGÃO: 0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 4.122.0002.2.007 – GESTÃO AS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.35.00 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA

FONTE: 15000000

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

**4.1 - Ficam ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no contrato referido neste Termo Aditivo, que não colidam com as disposições deste instrumento. Por estarem justos e acordados, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma.**

Itaetê - Bahia, 28 de Dezembro de 2023.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ**  
**CNPJ 13.922.620/0001-20**  
**Sr. VICTOR CAUÊ CARDOSO QUEIROZ**  
**CONTRATANTE**

**HERNANDA CABRAL DE**  
**FARIAS**  
**AMARAL:42813112000101**

Assinado de forma digital por  
HERNANDA CABRAL DE FARIAS  
AMARAL:42813112000101  
Dados: 2023.12.28 09:08:35 -03'00'

**HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL**  
**CNPJ: 42.813.112/0001-01**  
**CONTRATADO**



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL**  
CNPJ: **42.813.112/0001-01**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:33:52 do dia 27/10/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/04/2024.

Código de controle da certidão: **EF0F.B2B8.F32B.D8F9**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20236158017

RAZÃO SOCIAL	
<b>HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL</b>	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
<b>182.608.168</b>	<b>42.813.112/0001-01</b>

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 13/11/2023, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIGUEL CALMON  
AV. ODONEL MIRANDA RIOS, 1º ANDAR  
MIGUEL CALMON  
BA

13  
8

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nº. 1529/2023

Passada de acordo com o pedido, do (a) Sr.(ª).

Nome <b>HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL</b>	CPF/C.N.P.J <b>42.813.112/0001-01</b>	C.G.A da Empresa <b>5401055</b>	
Endereço: RUA SAUDADE 103 CASA			
Bairro: CENTRO	CEP: 44720000	Município: MIGUEL CALMON	UF: BA

CERTIFICO que, verificando em nossos registros, não constam débitos para a empresa supra citado, que impeçam a expedição desta certidão até a presente data em nome do contribuinte acima identificado, ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa.

**Observação: Esta certidão tem validade de 90 dias.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <https://miguelcalmon.ba.gov.br/>.  
Conforme código de controle informado abaixo.

Certidão emitida via internet em:  
27/11/2023

Código de Controle da Certidão:  
22091.1529.20231127.S235.162440

Certidão Válida até:25/02/2024







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 42.813.112/0001-01  
Certidão nº: 34075467/2023  
Expedição: 11/07/2023, às 13:49:25  
Validade: 07/01/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **42.813.112/0001-01**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 42.813.112/0001-01  
**Razão Social:** HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL 00120575507  
**Endereço:** RUA DA SAUDADE 103 / CENTRO / MIGUEL CALMON / BA / 44720-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 25/12/2023 a 23/01/2024

**Certificação Número:** 2023122502281863190021

Informação obtida em 03/01/2024 10:42:49

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL**

CPF/CNPJ: **42.813.112/0001-01**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 12:19:59 do dia 03/01/2024, com validade até o dia 02/02/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: p6dznX8KIMPoqQM7yT1N

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ

CONTRATO Nº 023/2023

Termo de Contrato de Fornecimento que entre si  
fazem o **MUNICÍPIO DE ITAETÊ** e a Empresa  
**HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL**.

O **MUNICÍPIO DE ITAETÊ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.922.620/0001-20, com sede na Rua das Algarobas, s/n, Centro, Itaetê - Ba - CEP - 46.790-000, neste ato representado através do Srº **VICTOR CAUÊ CARDOSO QUEIROZ**, inscrito no CPF sob nº 059.582.865-52, Ordenador de Despesa nomeado através do Decreto 158/2022 de 09 de Dezembro de 2022, doravante designado **CONTRATANTE**, e a Pessoa Jurídica de Direito Privado **HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL**, inscrita no CNPJ Nº. 42.813.112/0001-01, localizada na Rua da Saudade, nº 103, centro, Miguel Calmon - Bahia, CEP: 44.720-000, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo administrativo nº 030/2023 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de licitação nº 004/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente contrato é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS ESTABELECIDAS PELO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (E-SOCIAL) COM BASE NO DECRETO FEDERAL 8.373/2014**.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UNID	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	ASSESSORIA ADMINISTRATIVA PARA ATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS ESTABELECIDAS PELO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (E-SOCIAL) COM BASE NO DECRETO 8.373/2014	11	MÊS	R\$2.700,00	R\$29.700,00
VALOR TOTAL					R\$29.700,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

2.1 - O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31 de Dezembro de 2023.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

3.1 - O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais)**, sendo valor mensal de **R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**.

Rua das Algarobas, s/n, Centro, Itaetê - Ba - CEP - 46.790-000

Fone: (75) 3320-2121 / Fax: (75) 3320-2127

**HERNANDA CABRAL DE FARIAS**

Assinado de forma digital por **HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL** 42813112000101





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ**

3.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

3.3 - Os preços são fixos e irredutíveis;

3.4 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da apresentação Fatura / Nota Fiscal, em 02 (duas) vias que deverá ser apresentada ao titular da Secretaria de Finanças para a devida aprovação;

3.5 - A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Itaetê, Bahia, inscrita no CNPJ/MF nº 13.922.620/0001-20, sediada na Rua das Algarobas, S/n, centro neste Município;

3.6 - Não será efetuado qualquer pagamento a título de antecipação do valor contratado mesmo que a requerimento do interessado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

UNIDADE/ÓRGÃO: 0301 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: 4.122.0002.2.007 – GESTÃO AS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.35.00 – SERVIÇOS DE CONSULTORIA

FONTE: 15000000

**CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES**

5.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

5.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – FISCALIZAÇÃO**

6.1 - A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante designado pela Secretaria solicitante.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES**

7.1 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato de acordo com o estipulado na Cláusula Terceira deste Instrumento;

b) na hipótese de atraso de pagamento dos créditos resultantes do presente Contrato, será acrescida ao valor dos mesmos a taxa de 0,01% ao dia, a título de compensação financeira, aplicada desde o dia imediatamente subsequente do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

Rua das Algarobas, s/n, Centro, Itaetê – Ba – CEP – 46.790-000

Fone: (75) 3320-2121 / Fax: (75) 3320-2127

HERNANDA CABRAL DE FARIAS

Assinado de forma digital por HERNANDA CABRAL DE FARIAS  
AMARAL:42813112000101







**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ**



Processo: 1586523 - Doc. 27 - Documento Assinado Digitalmente por: ZENILDO MATOS DE OLIVEIRA - 26/04/2025 10:07:28  
Acesse em: <https://eicm.ba.gov.br/epp/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=08069417-e014-44b2-a808-9b521c62329e>

**7.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:**

- a) fornecer com estrita obediência à descrição constante no orçamento e na planilha discriminativa;
- b) manter-se durante toda a vigência contratual em compatibilidade com as obrigações assumidas e bem assim com as condições de habilitação fiscal e trabalhista.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto do CONTRATO, o Município poderá aplicar a CONTRATADA multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas no artigo 155 e seguintes da Lei 14.133/21, inclusive responsabilização civil e penal na forma da Legislação específica;

8.2 - Além da multa prevista ficam estabelecidas as penas de advertência, rescisão de contrato, declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO, que serão aplicadas em função da natureza e gravidade da falta cometida, garantida a ampla defesa.

8.3 - O MUNICÍPIO reterá dos créditos decorrentes deste Contrato valores suficientes ao pagamento das multas aplicadas;

8.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

9.1 - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis;

9.2 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

9.3 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS**

10.0 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos

Rua das Algarobas, s/n, Centro, Itaetê – Ba – CEP – 46.790-000

Fone: (75) 3320-2121 / Fax: (75) 3320-2127

**ERNANDA CABRAL DE FARIAS**

Assinado de forma digital por HERNANDA CABRAL DE FARIAS  
AMARAI.42813112000101



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ**

administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PUBLICAÇÃO**

11.1 - O presente Contrato tem embasamento legal no art. 75, inciso II da 14.133 de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

12.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Andaraí, Bahia, como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser;

13.2 - E por estarem justos e contratados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Itaetê, Bahia, 15 de Fevereiro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAETÊ**

**CNPJ 13.922.620/0001-20**

**Srº VÍCTOR CAUÊ CARDOSO QUEIROZ**  
**CONTRATANTE**

**HERNANDA CABRAL DE**  
**FARIAS**

**AMARAL:42813112000101**

Assinado de forma digital por  
**HERNANDA CABRAL DE FARIAS**  
**AMARAL:42813112000101**

Dados: 2023.02.15 09:53:56 -03'00'

**HERNANDA CABRAL DE FARIAS AMARAL**

**CNPJ: 42.813.112/0001-01**

**CONTRATADA**

